

**PÁG 2** Projeto da Portabilidade (PLS 232) segue para a Câmara dos Deputados

**PÁG 4** Abraceel leva proposta de abertura do mercado para MME

**PÁG 7** Sexta Livre: Deputado Arnaldo Jardim discute a agenda do setor de energia no Legislativo

**PÁG 9** Aversão ao risco, governança e aperfeiçoamentos dos modelos são discutidos pelo Grupo Técnico

**PÁG 12** Abraceel alinha com Aneel questões sobre abertura de mercado

**PÁG 14** FIESP define novo desenho do mercado elétrico como prioridade para 2021

**PÁG 16** Comitê de Abertura do Mercado de Gás rediscutirá oferta de flexibilidade e medidas de desconcentração de mercado

**PÁG 18** Abraceel discute com Aneel aprimoramentos na formação do preço e segurança do mercado

**PÁG 21** Abraceel Explica: entenda a MP 998

**PÁG 27** Curtas

**PÁG 31** Próxima semana

**PÁG 32** Calendário Abraceel

*Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!*

## Projeto da Portabilidade (PLS 232/2016) segue para a Câmara dos Deputados

### Matéria em 1 minuto

- Senador Jean Paul Prates (PT-RN) retira recurso para tramitação do PLS 232/2016 no Plenário do Senado e projeto seguiu diretamente para a Câmara;
- A numeração do projeto agora é PL 414/2021;
- PL 1917/2015 pode ser apensado ao PL 414/21 (antigo PLS 232/2016) e ser analisado em Comissão Especial.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Depois de quase um ano sem avanços na tramitação, tivemos uma excelente notícia essa semana! O Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) anunciou em Plenário, no dia 10.02, que o PLS 232 de 2016, que cria a portabilidade da conta de luz, seguiria para a Câmara dos Deputados, não havendo a necessidade de ser apreciado no Plenário do Senado.



Em março de 2020, o projeto foi aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado, em decisão terminativa. Entretanto, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou recurso solicitando que o projeto fosse deliberado, antes de ir à Câmara, pelo plenário do Senado.

Na semana passada, após pleito dos agentes e articulação de importantes lideranças do Senado, o senador Jean Paul solicitou a retirada do recurso. Essa medida somente foi possível, porque a tramitação regular das matérias foi suspensa em virtude da pandemia, não havendo a leitura nem a publicação do recurso no Diário do Senado Federal.

Atuamos ao longo do último ano para conscientizar os senadores sobre a importância da tramitação célere da matéria, uma vez que quanto mais postergada a abertura do mercado, mais os consumidores são prejudicados em virtude de um modelo setorial ineficiente. Seguindo a mesma linha, o Fase coordenou ação para envio de carta explicando a importância da aprovação da matéria.

Durante a sessão Plenária, no dia 10.02, o senador Jean Paul disse: "Quero deixar consignado aqui que o Partido dos Trabalhadores, nós mesmos, acreditamos que esse projeto

é de fato bastante importante, pois vai permitir que os consumidores escolham seus fornecedores de energia."

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), elogiou a iniciativa de Jean Paul e falou sobre a importância da aprovação do projeto. Eventuais mudanças no projeto deverão ser tratadas na Câmara dos Deputados e retornarão ao Senado.

O Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, afirmou que a retirada do recurso demonstra sensibilidade grande do Congresso com o setor elétrico na busca por um modelo setorial mais eficiente, com crescimento do mercado livre e capaz de trazer menores custos para os consumidores. Complementou afirmando que está otimista com a tramitação célere na Câmara.

O PLS 232/2016 já consta no sistema da Câmara dos Deputados identificado como PL 414/2021, aguardando despacho do Presidente da Casa. Há probabilidade de ser discutido em comissão especial junto com o PL 1917/2015, mas é preciso aguardar o despacho para compreender o real trâmite da matéria. Entretanto, caso o projeto sofra modificações na Câmara, retornará ao Senado para deliberação das alterações realizadas. Não ocorrendo modificações, segue direto para sanção presidencial.

Já solicitamos reunião com a presidente da Comissão, deputada Jaqueline Cassol (PP-RO), e com o relator da matéria na Câmara, deputado Édio Lopes (PL-RR), para tratar do tema.

Seguimos firmes no nosso propósito e um passo mais perto de garantir a liberdade de escolha para todos os consumidores!

Confira detalhes da tramitação no link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270036>

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

## Abraceel leva proposta de abertura do mercado para MME

### Matéria em 1 minuto

- MME agradeceu o apoio da Abraceel na tramitação da MP 998, sendo a primeira Associação a mandar carta de apoio ao Congresso;
- Novas reuniões serão agendadas com o MME para detalhar os tópicos do estudo;
- Abraceel reforçou a urgente necessidade de se debater o tema publicamente.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Na última terça-feira, 09.02, a Abraceel esteve com o Ministério de Minas e Energia para apresentar o estudo Thymos sobre alternativas regulatórias para a abertura integral do mercado de energia. A Secretária Executiva, Marisete Pereira, agradeceu a Associação pela disposição de apresentar o estudo, uma vez que a pasta está debruçada estudando o tema, além de ser uma prioridade do Ministério. O Secretário de Energia Elétrica, Rodrigo Limp, agradeceu, em especial, a atuação da Abraceel na tramitação da MP 998, sendo a primeira associação a encaminhar correspondência ao Congresso apoiando a aprovação da matéria.

### Contratos legados

Apontado como um dos temas mais desafiadores para a abertura do mercado, Alexandre Viana, da Thymos, iniciou a apresentação falando dos contratos legados. O estudo apresenta duas alternativas: ou a Entidade Gestora de Contratos Legados fica responsável por gerenciar os legados ou a responsabilidade fica com a comercializadora da distribuidora.

A pasta mostrou preocupação com cada novo leilão de energia realizado, já que significa aumento dos legados, questionando as alternativas apontadas pelo estudo, seja o gerenciamento de forma centralizada ou em caráter bilateral.

### Medição, supridor de última instância e varejista

O consultor passou pelos demais temas do estudo, que apontam alternativas para as políticas de medição, quem exerceria o papel de supridor de última instância e aprimoramentos do comercializador varejista.

O diretor Bernardo Sicsú destacou que o estudo vem cumprindo um papel importantíssimo de desmistificar a abertura integral do mercado de energia, a exemplo da questão

da medição. Alguns atores contrários ao projeto apontaram a troca dos medidores como um entrave para a abertura, já que tornaria o processo muito caro para o consumidor. O estudo, por sua vez, revela que é possível fazer a abertura e manter o medidor eletromecânico existente, sendo desejável a troca por smart meter na migração em razão dos benefícios que a medida traz para o sistema.

Alexandre Lopes reforçou que a Abraceel está indo nas associações e instituições setoriais para apresentar o material e debater o tema. Já houve reunião com Aneel, CCEE, Abradee e Abeeólica, já havendo data para apresentação ao Fase, dia 25.02.

### **É preciso discutir com a sociedade com urgência**

Reginaldo registrou que é urgente e necessário discutir o tema publicamente. Disse que a grande falha do setor é querer discutir exaustivamente um tema a portas fechadas e, na hora que acredita estar com o material pronto para discussão, os demais agentes apontam temas que não foram mapeados anteriormente. Assim sendo, é fundamental que se discuta o quanto antes com todos os agentes para que todas as alternativas sejam debatidas exaustivamente e seja possível estabelecer a melhor transição para um mercado totalmente livre.

### **Próximos passos**

Agnes Costa, chefe de assuntos regulatórios, agradeceu a Abraceel por ter feito a “tarefa de casa” que o Ministério estava debruçado, mas não conseguia alocar homem-hora suficiente em virtude dos demais assuntos em pauta. Apontou que a pasta já havia se debruçado sobre os tópicos, mas o estudo consolidou e esquematizou as alternativas, dando celeridade à discussão. Como próximos passos, novas reuniões técnicas serão agendadas para detalhar os temas do estudo.

Agradecemos à equipe do MME pela participação na reunião:

- |                     |                     |                      |
|---------------------|---------------------|----------------------|
| • Marisete Pereira  | • Alexandre Lauri   | • Gustavo Ataíde     |
| • Paulo César       | • Ricardo Takemitsu | • Igor Souza Ribeiro |
| • Rodrigo Limp      | • Hailton Madureira | • Fabricio Lacerda   |
| • Marcello Cabral   | • Renata Rosada     | • Adrimar Venancio   |
| • Agnes da Costa    | • Fabiana Cepeda    | • Thiago Prado       |
| • Dênis de Moura    | • Guilherme Godoi   | • André Osório       |
| • Camilla Fernandes | • Rodrigo Fornari   |                      |

### **Novos conteúdos no estudo da Thymos**

Destacamos que foi disponibilizada no nosso site uma nova versão do estudo, contemplando cinco novos slides:

- **Slide 4:** O Brasil possui a 3ª maior relação tarifa/renda per capita do mundo. Como reverter esse quadro?

- **Slide 61:** Aplicação de curva de carga para consumidores com medidores eletromecânicos. A diferença nos ciclos de leitura requererá apuração e compensação.
- **Slide 63:** Arizona está avaliando a implantação do Full Retail Choice. As preocupações para a implantação, felizmente, inexistem no Brasil.
- **Slide 64:** Independentemente da tecnologia de medição, o mais importante é que o consumidor tenha acesso à informação, com agilidade e transparência.
- **Slide 85:** Os estados norte-americanos que implantaram a abertura integral do mercado obtiveram reduções de custo acima de média dos EUA

Confira na **página inicial do nosso site** ou [clikando aqui](#).

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

## Sexta Livre: Deputado Arnaldo Jardim discute a agenda do setor de energia no Legislativo

### Matéria em 1 minuto

- Deputado comemorou aprovação da MP 998 e retirada do recurso para o PLS 232/2016 ir direto para tramitação na Câmara. Disse que trabalhará ativamente para aprovação do projeto na Casa;
- Sobre o PL do Gás, afirmou que o presidente da Câmara pautará o projeto ainda em março e que este é também uma prioridade do Executivo.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Em mais uma tradicional Sexta Livre, tivemos a presença do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) para tratar das tendências e agendas do setor de energia no Legislativo.



Iniciando a reunião, o deputado disse que o ano começou com a eleição das presidências das Casas no Congresso e que esta redefiniu o arranjo político partidário, o que mudará a dinâmica do funcionamento do Congresso nesse ano.

O deputado disse que a última semana foi muito positiva para o setor elétrico. Comemorou a aprovação da MP 998 e a retirada do recurso do PLS 232/2016 pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN) para o projeto seguir direto para a Câmara, sem necessidade de aprovação do plenário do Senado. Complementou afirmando que trabalhará proativamente para o andamento do projeto na Câmara. Acredita que é possível que o projeto seja apensado ao PL 1917/2015, que está em comissão especial, para tramitação em conjunto das matérias.



Reginaldo complementou afirmando que alguns pontos e conceitos precisam ser atualizados no PLS 232, mas que vê com cautela o fato de que muitos agentes tentarão incluir novos dispositivos no projeto, “engordando” o PL, e dificultando sua tramitação. O deputado respondeu dizendo que trabalhará para dar objetividade ao projeto e sugeriu que as entidades setoriais se organizem para definir suas prioridades e apresentá-las aos deputados da Comissão em que o projeto será analisado.

Sobre o PL do Gás, disse que conversou com o presidente da Câmara e o projeto deverá ser pautado já em março, mas que será uma batalha forte frente aos diferentes interesses sobre o tema. Entretanto, reforçou que o andamento da matéria é uma das prioridades do Executivo.

Logo após o Carnaval haverá também a definição dos membros das comissões temáticas e o deputado será membro da Comissão de Minas e Energia. Sobre a presidência da Comissão de Minas e Energia, disse que ainda que não há definição, mas que os partidos PP, PR e PL tem a possibilidade de ficar com a presidência do Colegiado. Complementou afirmando que pautas setoriais e estruturantes deverão evoluir com mais facilidade esse ano.

Finalizando a reunião, Reginaldo agradeceu a disponibilidade e presença do deputado em discussão tão relevante para as nossas associadas. O deputado agradeceu o convite e aconselhou a Abraceel a se reunir com as novas lideranças dos partidos e solicitar reunião com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), para apresentação das prioridades do setor.



## Aversão ao risco, governança e aperfeiçoamentos dos modelos são discutidos pelo Grupo Técnico

### Matéria em 1 minuto

- GT discutiu Consulta Pública 103/2020 do MME que trata da volatilidade do CMO/PLD, representação hidrológica e produtibilidade hidroelétrica;
- GT irá circular em breve minuta de contribuição à CP, cujo prazo de contribuições se encerra em 22.02.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia 11.02, o Grupo Técnico da Abraceel realizou call com a presença de 110 associados para discutir a Consulta Pública 103/2020 do MME. A CP trata de relatórios técnicos do GT Metodologia (GT Met) da Cpamp, sobre: (i) Volatilidade do CMO/PLD, (ii) Representação Hidrológica e (iii) Produtibilidade Hidroelétrica.

### Volatilidade do CMO

Devido às incertezas que permeiam a previsão do comportamento hidrológico futuro, o GT Met da Cpamp vem investigando a tendência hidrológica do Newave e analisando metodologias para mitigar a volatilidade do CMO. O relatório aponta que a volatilidade por si só não é um fator preocupante. O questionamento são as flutuações bruscas sem respaldo sistêmico totalmente claro, que podem estar relacionadas à fatores não intrínsecos presentes na modelagem. Este ponto foi inclusive levantado pela Abraceel em consulta pública anterior.

No último ciclo de trabalho, o GT Met priorizou a não consideração da ENA como variável de estado na etapa backward, ou seja, ENAs passadas não passariam a compor a construção da função de custo futuro. Yasmin Oliveira detalhou os aspectos da metodologia sem VETH (variável de estado da tendência hidrológica), que apesar de apresentar uma diminuição da volatilidade, não garantiria o mesmo nível de segurança em termos de energia armazenada. Por isso, seria necessário parâmetros do CVaR mais avessos ao risco, logo, de custos mais elevados.

O relatório encaminha a não exclusão da ENA como variável de estado no Newave, dando continuidade aos estudos que buscam uma melhor representação da condição hidrológica nos modelos e para identificar outras estratégias para mitigar volatilidades não naturais. Os associados apoiaram esse encaminhamento, já que entendem que a volatilidade é importante para o mercado e consequência de um preço que reflete o es-

tado do modelo. Porém, mostraram um ponto de atenção em relação ao ajuste do CVaR ser usado para anular possíveis aprimoramentos nos modelos, sendo recalibrado para manter a trajetória já observada.

Bernardo Sicsú comentou sobre a reunião com a SRM, detalhada na matéria “Abraceel alinha com Aneel questões sobre abertura de mercado”, em que foi discutido como a “pessoa” por trás do operador que toma as decisões de despacho é muito avessa ao risco. Para alguns associados, inclusive, esse nível de aversão ao risco não é compatível com o nosso modelo atual. Apontaram que a redução da volatilidade com aversão ao risco são coisas quase inconciliáveis. Por isso, aprimoramentos são relevantes para incluir dentro do modelo o possível despacho térmico resultante dessa aversão ao risco.

Os associados também destacaram a importância da governança das informações que formam preço. Mudanças regulatórias que não estão modeladas e informações que chegam repentinamente podem ser causa de volatilidade muito maior do que a que se busca mitigar. Apontaram o respeito aos princípios da Resolução CNPE 07 como aspecto crucial para o bom funcionamento do mercado, e a discussão da Aneel em prol da antecedência e previsibilidade é um marco a ser resguardado.

Ainda destacaram a importância da ampla participação dos agentes nos grupos de trabalho da Cpamp, mesmo com as iniciativas recentes em prol de maior transparência. Por fim, foi sugerida a disponibilização dos decks de entrada que foram usados nos backtests, para que os agentes possam replicar as simulações.

### **Representação hidrológica**

Como nos últimos anos, verifica-se uma sequência persistente de aflúências abaixo da MLT nos submercados NE e SE/CO e vazões superiores às médias na região Sul, o GT Met vem buscando melhorar a representação energética das séries de vazões naturais no modelo de geração de cenários de aflúências (GEVAZP).

O GEVAZP utiliza atualmente a metodologia PAR(p), que tende a retornar à MLT após alguns períodos. O CEPEL desenvolveu uma nova metodologia, o PAR(p)-A. O PAR(p)-A introduz um novo termo na equação auto-regressiva periódica, que representa a média das doze últimas aflúências. Essa parcela anual reproduz mais adequadamente a hidrologia recente, de forma que o PAR(p)-A gera cenários que mais se assemelham à ENA verificada no Newave.

Nesse sentido, o GT Met recomenda a continuidade nos estudos, o que foi corroborado pelos associados da Abraceel, em razão, principalmente, da melhoria na representatividade do modelo. Será aberta uma segunda CP, prevista para abril, com os resultados dos backtests para subsidiar a adoção do PAR(p)-A nos modelos a partir de janeiro de 2022. Os associados sugeriram ampliar a análise da metodologia, incluindo simulações com novos pares de CVaR e também sem aversão ao risco, e diferentes horizontes da

parcela anual (6 meses, 2 anos, etc.), para obter sensibilidades do seu comportamento e avaliar impactos, de modo que cenários possíveis não sejam descartados.

### **Produtibilidade hidroelétrica e perdas hidráulicas**

Em 2019, o Grupo de Trabalho para Avaliação dos Dados Cadastrais atualizou os valores de produtividade específica média e perdas de carga hidráulica do circuito de diversas usinas. Mesmo com essa atualização, os parâmetros continuam sendo representados como valor médio constante, indiferentes às condições operativas, o que constitui uma simplificação.

Por isso, desenvolveu-se uma metodologia em que as perdas hidráulicas são representadas em função da vazão turbinada e a produtividade específica em função tanto da vazão turbinada, quanto da altura de queda líquida.

O GT Met entende que a metodologia representa de maneira adequada a variabilidade dessas grandezas, com valores mais próximos aos da operação real. Em continuidade às avaliações, a nova representação será incorporada no Decom e análises completas serão objeto de um 2º relatório do subgrupo.

Não há expectativa de que essa atualização altere os valores de garantia física e será reforçada na contribuição da Abraceel a necessidade da antecedência prevista na Resolução CNPE 07 para implementação oficial nos modelos.

**A apresentação realizada no call está disponível na área restrita do associado** e o Grupo Técnico irá circular em breve minuta de contribuição à CP, cujo prazo de contribuições se encerra em 22.02.

## Abraceel alinha com Aneel questões sobre abertura de mercado

### Matéria em 1 minuto

- SRM aponta contratos legados como o maior desafio para a abertura;
- Abraceel apresenta janelas de oportunidade para evitar o aumento dos legados;
- É preciso superar o mito de que é preciso resolver todos os entraves setoriais para fazer a abertura do mercado.



Tempo de leitura:  
**1 minuto**

No dia 08.02, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com o Superintendente da SRM, Júlio Ferraz, e equipe para alinhamento de como a discussão sobre o estudo da abertura de mercado tem evoluído internamente na Aneel. A Abraceel acompanha a agenda das autoridades e vimos que o regulador vem se reunindo com a CCEE para tratar do estudo e, por isso, se colocou à disposição para contribuir mais em relação ao tema.

### O principal gargalo para a abertura é a alocação dos contratos legados

Júlio reconheceu que o estudo elaborado pela Thymos passa por todos os pontos importantes para abertura de mercado e as reuniões com a CCEE têm sido sobre questões pragmáticas. Para o Superintendente, o principal gargalo para a abertura é a alocação dos contratos legados, já que todo o resto tem soluções mais simples.

### Resolver todos os problemas do setor antes de abrir o mercado é mito

Reginaldo Medeiros enfatizou que um dos objetivos da Abraceel com o estudo era justamente desmistificar a ideia de que para abrir o mercado era necessário resolver todos os problemas do setor e apontou que é muito positiva a linha de procurar soluções mais simples. Acrescentou que a Abraceel já vem procurando outros segmentos, como as distribuidoras, que são fundamentais para o melhor encaminhamento de várias questões.

Reginaldo também lembrou que a aprovação da MP 998 resolve parte dos problemas existentes. O mercado de capacidade, por exemplo, é importante para evitar a criação de novos legados, já existindo hoje uma dinâmica grande da expansão da oferta de energia via mercado livre.

### Janelas de oportunidade para não aumentar legados

Sobre a preocupação da SRM, Alexandre Lopes pontuou três janelas de oportunidade para não aumentar os legados nos próximos anos: (i) o fim das cotas de Itaipu entre 2023

e 2024; (ii) o fim de diversos contratos de térmicas a óleo; e (iii) a descotização das usinas da Eletrobras.

Uma das possibilidades aventadas pela SRM era que, à medida que esses contratos fossem acabando, seria permitida a migração gradual. Porém, isso poderia criar problemas de ordem prática, como uma fila de migração. Sobre isso, Reginaldo informou à SRM que a Abraceel finalizou estudo realizado pela Escher Consultoria que quantifica os consumidores cativos e livres em cada faixa de demanda, e que será importante para construir um cronograma de abertura atualizado.

Reginaldo finalizou a reunião valorizando a discussão técnica com o regulador e o Ministério. A SRM reforçou que é preciso conter a ânsia de muitos que querem fazer o ótimo desde o início, sendo que muitas vezes isso não é possível. Por isso, é importante levar uma discussão franca em todas as frentes.

Ao final, foram discutidos brevemente outros assuntos. Sobre segurança de mercado, a SRM informou que não há nenhum fato novo. Consideraram positiva a sugestão da Abraceel para a CCEE realizar webinar sobre o tema, apresentando cada uma das suas propostas, de forma a mapear alinhamentos e discordâncias. E sobre a antecedência da formação de preços e respeito à Resolução CNPE 07, apontaram que o tema está inteiramente com a SRG.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

## FIESP define novo desenho do mercado elétrico como prioridade para 2021

### Matéria em 1 minuto

- Reginaldo Medeiros assume cargo como diretor do Deinfra/Fiesp;
- A reforma do setor é tema prioritário para a divisão de energia.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Representando a Abraceel, Reginaldo Medeiros participou nesta quarta-feira, 10.02, da sua primeira reunião ordinária como Diretor da Divisão de Energia do Departamento de Infraestrutura – DEINFRA, da Fiesp.

A designação para exercer o cargo foi definida por meio da Resolução Fiesp nº 003/21, datada de 28.01.2021, que estabelece um mandato a ser exercido no período de 28.01.2021 a 31.12.2021. Na ocasião foi definido como tema prioritário para a divisão de Energia em 2021 o novo desenho de mercado do setor elétrico. O grupo elaborará 8 *position papers* para orientar as ações de influência da Fiesp na modernização do setor elétrico. O primeiro deles traça as linhas gerais do desenho de mercado – *princípios e diretrizes* – seguindo dos temas referentes à governança, liberalização de mercado, desenho tarifário, mercado de capacidade, formação de preços, mercado de energia e novas tecnologias.



Ao longo da reunião, ficou claro que a visão da Fiesp, manifestada por diversas vezes pelo Diretor Titular do Deinfra, Carlos Antônio Cavalcanti, sobre a organização do mercado elétrico, está centrada na busca da liberdade de escolha para todos os consumidores no menor prazo possível, visando ampliar a competição no setor elétrico e reduzir o elevado preço da energia no Brasil – ação prioritária e estruturante.

Durante os debates que se seguiram para aprovação do tema prioritário, novo desenho de mercado, Reginaldo Medeiros manifestou aos demais diretores a sua preocupação sobre a urgência na produção dos 8 papers da Federação, visando a firme manifestação da Fiesp na defesa do seu interesse referente ao setor elétrico no Congresso Nacional em tempo hábil, tendo em vista a aprovação do PLS 232 no Senado, e que agora será debatido e muito provavelmente aprovado na Câmara dos Deputados.

Na sequência da reunião, ficou definido que os seguintes temas não poderiam deixar de ser abordados também no ano de 2021 pelo Deinfra:

- Cenário de abastecimento energético
- Forte pressão sobre as tarifas de energia
- Sequência das discussões sobre modernização do setor elétrico
- Privatização da Eletrobras
- Avanço dos estudos sobre a revisão do “Anexo C” do Tratado de Itaipu
- Leilão de Capacidade (nos termos da MP 998/20)
- Leilão de substituição de térmicas com contratos vincendos
- Conclusão da votação e regulamentação da Nova Lei do Gás
- Possível revisão da Lei do Regime de Partilha (PL 3178/2019)
- Licitação de novos campos de exploração.

A apresentação da Fiesp **está disponível na área restrita da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”**, e apresenta o detalhamento de alguns dos temas acima definidos.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



## Comitê de Abertura do Mercado de Gás rediscutirá oferta de flexibilidade e medidas de desconcentração de mercado

### Matéria em 1 minuto

- Coordenação do Fórum apresentou suas principais considerações sobre as medidas necessárias para a abertura do mercado de gás;
- O Diretor de Gás do MME, Aldo Junior, informou que a oferta de flexibilidade e eventuais medidas para desconcentração de mercado serão rediscutidas pelo CMGN. Não há cronograma predefinido, mas a expectativa é de que a discussão ocorra o mais breve possível;
- Aldo Junior sugeriu que o CMGN discuta a possibilidade de fixar cronograma tentativo das chamadas públicas de capacidade e informou que articularia com as assessorias parlamentares do Governo as ações para aprovação da Nova Lei do Gás.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Na segunda-feira, 08.02, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), responsável por monitorar a implementação das medidas do Novo Mercado de Gás. Participaram representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, Casa Civil, ANP, EPE e CADE. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú.

Após boas-vindas por parte do novo Diretor de Gás do MME, Aldo Junior, a coordenação do Fórum apresentou suas principais considerações sobre as medidas necessárias para a abertura do mercado de gás, com destaque para:

- publicação de cronograma para oferta de capacidade firme nos sistemas de transporte
- maior transparência das informações para acesso (capacidade nominal e ociosa, intervenções necessárias e outros)
- eventual necessidade de adoção de programa de desconcentração de mercado (i.e gas release)
- necessidade de oferta de serviços de flexibilidade
- publicação de diretrizes detalhadas sobre a regulação estadual
- aprovação da nova Lei do Gás conforme texto aprovado na Câmara



Concluída a apresentação, o Diretor de Gás do MME informou que a oferta de flexibilidade e eventuais medidas para desconcentração de mercado serão rediscutidas pelo CMGN. Não há cronograma predefinido, mas a expectativa é de que a discussão ocorra o mais breve possível.

Sobre a regulação estadual, Aldo Junior explicou que há enorme sensibilidade no tema. Segundo a ANP, foram recebidas mais de 300 contribuições para o “Manual de Boas Práticas Regulatórias” e que, apesar de sensíveis a sugestão do Fórum de diretrizes mais específicas, há um limite em razão da divisão de competências federal e estadual.

O superintendente da ANP, Hélio Bisaggio, informou que a Agência está trabalhando arduamente para realizar, ainda neste ano, chamadas públicas de capacidade disponível e incremental nos três sistemas de transporte. Esperam, ainda, concatenar as chamadas públicas de contratação de capacidade com as de compra de gás das distribuidoras. Segundo o superintendente, há um desafio de harmonização entre as transportadoras e a ANP também trabalha para que essas passem a ofertar produtos de curto, médio e longo prazo ao mercado.

Sobre o acesso às infraestruturas essenciais, Hélio informou que o processo de acesso à UPGN de Guamaré está quase todo público, com poucos documentos sigilosos, e que a questão agora é mais negocial entre a Petrobras e as empresas interessadas no acesso.

Além disso, destacou entender que a contratação de capacidade interruptível não é impeditiva para a grande indústria, vide a recente contratação da Proquigel para migração de duas fábricas de fertilizantes com volume contratado de 2,3 milhões de m<sup>3</sup> por dia.

Ao final, o diretor do MME, Aldo Junior, sugeriu que o CMGN discuta a possibilidade de fixar cronograma tentativo das chamadas públicas de capacidade e informou que articularia com as assessorias parlamentares do Governo Federal as ações para aprovação da Nova Lei do Gás no Congresso Nacional.



A apresentação realizada pela coordenação do Fórum do Gás **está disponível na área restrita do associado, seção “Apresentações Exclusivas”**.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

## Abraceel discute com Aneel aprimoramentos na formação do preço e segurança do mercado

### Matéria em 1 minuto

- Sugerimos que o tema de segurança de mercado seja analisado de forma conjunta na Agência, com a realização de Workshop conjunto com a Aneel/CCEE para tratar do tema;
- Sugerimos também, discussão pública sobre a abertura integral do mercado, permitindo contribuições dos agentes de mercado e conscientização do Congresso Nacional sobre a importância da aprovação da matéria;
- Reforçamos a necessidade de avançar com a governança da formação do preço. O diretor Hélvio concordou, reforçou a importância da CNPE 07/2016 para o mercado e disse que o assunto carece de maior discussão e possíveis aperfeiçoamentos em razão da necessidade de maior acoplamento entre operação e preço.

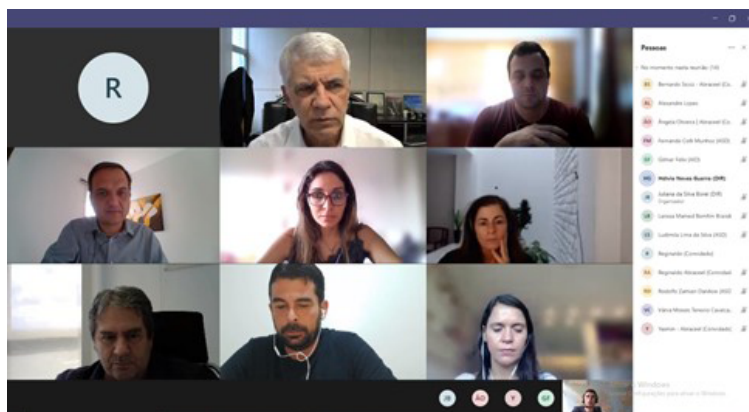


Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Abraceel se reuniu no dia 11.02, com o Diretor da Aneel Hélvio Guerra e equipe, para discutir a respeito da segurança de mercado, abertura do mercado e formação do preço.

### Segurança de mercado

Iniciando a reunião, Reginaldo Medeiros agradeceu a recorrente disposição do Diretor em receber a associação para discussões sobre temas do mercado livre. Em seguida, destacou as três notas técnicas enviadas pela CCEE à Aneel, que tratam sobre aprimoramentos na segurança do mercado de energia elétrica.



Medeiros frisou que apesar de se tratar de três notas técnicas distintas, o assunto é o mesmo, ou seja, busca aprimorar a segurança do mercado, dessa forma, seria interessante o tema ser analisado de forma conjunta na Agência.

Adicionalmente, a Abraceel sugeriu que o assunto seja tratado amplamente com a sociedade, antes mesmo da abertura da consulta pública pela Aneel. Dessa forma, solici-

tou realização de Workshop conjunto com a Aneel/CCEE para tratar dos aprimoramentos da segurança do mercado. O Diretor corroborou com a ideia, e informou que entrará em contato com a CCEE em busca da melhor forma de operacionalização do evento.

### **Abertura de Mercado**

Dando sequência à reunião, a Abraceel lembrou grandes marcos para o setor elétrico alcançado nas últimas semanas, como a aprovação da MP 998 no Senado, e da tramitação do PLS 232/16 para a Câmara dos Deputados, se tornando agora o PL 414/21.

Dessa forma, frente aos avanços citados em prol da modernização do setor de energia, e das diretrizes da Portaria MME 465/19, a Abraceel sugeriu que seja realizada discussão pública sobre a abertura integral do mercado de energia elétrica, permitindo contribuições dos agentes de mercado e conscientização do Congresso Nacional sobre a importância da aprovação da matéria, bem como da sociedade das mudanças que estão por vir.

### **Formação de preço**

Finalizando a reunião, a Abraceel enfatizou o acordo publicado nesta semana entre a Norte Energia e o Ibama, por meio do Termo de Compromisso Ambiental nº 03/21, que permite que a UHE Belo Monte opere o Hidrograma B durante todo ano de 2021, resultando no aumento de previsibilidade e transparência do setor de energia.

Esse assunto foi alvo de intensas discussões, pois, de acordo com as diretrizes da Resolução CNPE 07/16, as determinações do Ibama por meio do Ofício 96/21, sobre a redução da vazão média para a volta grande do Xingu, não poderia afetar a formação do preço sem aviso oficial ao mercado com antecedência de 1 mês, o que foi respeitado.

Discussão similar foi realizada em dezembro de 2020, com determinação da ANA sobre a redução da vazão do Rio São Francisco. Neste caso, a Abraceel entrou com requerimento administrativo na Aneel, solicitando que a mudança não afetasse a formação do preço. Nessa situação, diferentemente do caso da UHE Belo Monte, a determinação do Ibama afetou a formação do preço.

Na época, em análise de medida cautelar, a Diretoria da Agência deixou claro que o fato desrespeitou a Resolução CNPE 07/16, suspendendo os efeitos da operação excepcional do Rio São Francisco na formação de preços.

Em síntese, a Abraceel lembrou esses fatos com objetivo de mostrar ao regulador a necessidade de avançar com a governança da formação do preço, sendo inviável que determinados agentes tenham informações privilegiadas aos demais, resultando em instabilidade ao setor.

Por fim, Hélyio Guerra, concordou com a visão da Abraceel, ressaltando que sua decisão no caso do São Francisco foi segura e se deu em razão da vigência da Resolução CNPE

07/16, que é importante para assegurar a previsibilidade e estabilidade de mercado. Ressaltou, no entanto, que o assunto carece de maior discussão e possíveis aperfeiçoamentos em razão da necessidade de maior acoplamento entre operação e preço, principalmente após entrada do preço horário. Assim, sugeriu que fosse agendada nova reunião para tratar exclusivamente do assunto, uma vez que em breve o assunto retornará para deliberação de mérito por parte da Diretoria da Aneel. A Abraceel se colocou à disposição e ressaltou que estará trabalhando durante o carnaval.

# Entenda a MP 998

No dia 04.02, foi aprovada a MP 998 no Plenário do Senado, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 42 de 2020. Hoje, a #AbraceelExplica quais são os principais pontos que a medida afeta:

### **Art. 1º - “Raspando o cofrinho”**

Recursos não utilizados em P&D destinados à CDE

- Destina à CDE os recursos não comprometidos ou iniciados com projetos de P&D contratados até 1º/set/20 e aqueles reprovados ou cuja execução não tenha sido comprovada;
- Também destina à CDE os recursos de P&D que não estão comprometidos com projetos contratados ou iniciados no período entre set/20 e dez/25;
- Limita em 70% o valor mínimo disponível para aplicação em projetos de P&D das distribuidoras e Cepel até dez/25. Na redação original, era limitado em 70% o valor máximo disponível;
- Investimentos em eficiência energética deverão priorizar iniciativas, serviços e produtos de empresas nacionais, bem como a inovação e a pesquisa produzidas no país;
- A aplicação dos recursos em P&D deverá estar orientada à busca do uso consciente e racional dos recursos energéticos e à modicidade tarifária;
- Permite que distribuidoras destinem recursos de eficiência energética para projetos de armazenamento de energia solar, eólica e de biomassa e para instalar sistemas de geração de energia renovável em edificações utilizadas pela administração pública; e
- A energia elétrica gerada por esses sistemas será destinada ao atendimento do órgão da administração pública onde estiver instalado e eventual excedente deverá ser utilizado para abastecer, sem ônus, unidade de baixa renda.

### **Art. 2º - “Aliviando as tarifas nas designadas”**

Destina recursos e alivia obrigações das distribuidoras privatizadas

- Permite destinar recursos da RGR para o pagamento do valor não depreciado dos ativos classificados como sobras físicas no processo desestatização das distribuidoras;
- MME poderá autorizar que a Aneel inclua no pagamento acima os valores não depreciados contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso, desde que haja concordância do concessionário; e
- Extingue a obrigação de pagamento dos empréstimos contraídos no período de designação correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio na privatização.



### **Art. 3º – “Tirando custos alocados à Eletrobras”**

Realocação dos bens encampados e desapropriados associados ao serviço público

- Detalha regras sobre a gestão dos bens e instalações encampados e desapropriados com recursos da RGR, que poderão ser alienados, transferidos à administração dos agentes de G, T e D ou transferidos à gestão do Ministério da Economia;
- Define que os custos suportados pela Eletrobras a partir de mai/17 com o registro, conservação e gestão dos bens e instalações serão ressarcidos pela RGR;
- Também define que os bens reversíveis utilizados em G, T e D serão transferidos sem ônus às empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas que os utilizem;
- Estabelece que os bens móveis reversíveis serão integrados aos respectivos instrumentos de outorga como bens vinculados, enquanto os bens imóveis serão registrados como bens da União;
- Define que esses bens não serão passíveis da indenização por reversão;
- Estabelece que os bens imóveis não utilizados poderão ser transferidos à administração direta da União;
- Define que a União sucederá a Eletrobras nos contratos, convênios, direitos, obrigações e ações judiciais cujo objeto seja os bens ou instalações transferidos;
- Caberá a Aneel regulamentar os procedimentos para substituição, modernização e baixa dos bens transferidos;
- Estabelece que a Eletrobras poderá alienar os bens não utilizados desde que autorizados pela Aneel e que não tenham sido transferidos e não sejam de interesse da União;
- Também autoriza a alienação dos bens por parte dos agentes que passarão a administrar os bens e instalações, mediante comunicação prévia à Eletrobras;
- Define que, no caso de venda, o produto líquido arrecadado será revertido à RGR, e até 10% destinado ao agente ou à Eletrobras a título de taxa de administração;
- Define que os bens móveis insuscetíveis de alienação poderão ser objeto de baixa;
- Estabelece que a alienação dos bens imóveis dependerá de decisão motivada da Aneel; e
- Por fim, define que ato conjunto do Ministério da Economia e da Aneel estabelecerá normas complementares.

### **Art. 4º e 6º – “Reduzindo os subsídios no fio”**

Na lógica da modernização, estabelece prazo limite para concessão de desconto no fio de novos projetos de qualquer fonte incentivada e elimina desconto em caso de desconstrução ao serviço público

- Define que terão direito ao desconto no fio empreendimentos que solicitarem a outorga até 12 meses após a publicação da Lei e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras em até 48 meses da data da outorga;



- A mesma regra vale para pedidos de ampliação da capacidade instalada: o desconto será concedido apenas para pedidos de ampliação feitos até 12 meses após a publicação da Lei e que a operação de todas as unidades geradoras ocorra em até 48 meses da data de modificação da outorga;
- Para novas PCHs, os descontos serão mantidos em 50% por cinco anos adicionais e em 25% por outros cinco anos, contados a partir da data de publicação da lei, e não poderão ser transferidos a terceiros;
- Define que os descontos no fio não serão aplicados aos empreendimentos após o fim do prazo das outorgas ou na hipótese de prorrogação das outorgas;
- Caberá ao Poder Executivo, até 12 meses da publicação da Lei, definir diretrizes para mecanismo que considere os benefícios ambientais. Na redação original, levaria em consideração apenas aqueles associados à baixa emissão de gases causadores do efeito estufa;
- Tais diretrizes não disporão dos empreendimentos que já tenham desconto no fio;
- As diretrizes deverão prever a possibilidade de futura integração do mecanismo a outros setores, observada a articulação dos Ministérios envolvidos;
- Define que o prazo de 30 anos da outorga de autorização será contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora para empreendimento em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha recebido penalidade por atraso no cumprimento do cronograma de implantação; Define que o montante de energia descontratado ou reduzido de CCEAR não fará jus ao desconto no fio incidente no consumo; e
- O tomador de garantia de fiel cumprimento na modalidade seguro-garantia de novo empreendimento de geração poderá, com anuência prévia da Aneel, substituir o seguro-garantia por termo de assunção de dívida.

## **Art. 5º - “Ajustando a CDE”**

Permite a cobrança da CDE diretamente na CCEE e equaliza cotas por região geográfica

- Prevê que a CDE, por meio de cota específica, destine recursos para amortização da Conta Covid;
- Define que os recursos da CDE provenientes das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final também poderão ser cobrados diretamente dos consumidores pela CCEE, conforme regulamento da Aneel; e
- Define que, a partir de 2021, o encargo por MWh das quotas anuais da CDE deverá ser igual para os agentes localizados nos Estados de uma mesma região geográfica (reduz a CDE dos Estados do Norte que estão modelados no subsistema SE/CO).

## **Art. 6º - “Redefinindo o mercado de capacidade”**

Contratação destinada a melhorar a segurança do sistema com custos arcado por todos

- Estabelece que o Poder Concedente homologará a quantidade de reserva de capacidade a ser contratada para atender o mercado nacional;

- Define que o Poder Concedente definirá a relação dos empreendimentos de geração, novos e existentes, que integrarão o processo licitatório;
- Define que os custos decorrentes da contratação de reserva de capacidade serão rateados entre todos os usuários finais, incluindo consumidores livres e autoprodutores na parcela interligada ao SIN; e
- O encargo será cobrado com base na proporção do consumo de energia elétrica.

## **Art. 6º - “Dificultando o calote de consumidores e incentivando o varejista”**

Segurança jurídica para a comercialização, principalmente a varejista

- Explicita que a comercialização no ambiente livre poderá ser realizada mediante a comercialização varejista, conforme regulamento da Aneel, caracterizada pela representação das pessoas físicas ou jurídicas a quem seja facultado não aderir à CCEE;
- Estabelece que o encerramento da representação do consumidor varejista por um gerador ou comercializador, conforme condições e procedimentos regulados pela Aneel, poderá ocorrer, entre outras, pelas seguintes razões:
  - I – resilição do contrato, mediante declaração de vontade, por denúncia à prorrogação da representação contratada;
  - II – resolução do contrato em virtude de inexecução contratual; e
  - III – desligamento do gerador ou comercializador varejista perante a CCEE ou sua inabilitação superveniente para a comercialização varejista pela CCEE.
- Define explicitamente que, caso o consumidor inadimplente não diligencie pela continuidade de seu atendimento, conforme regulamento da Aneel, o encerramento da sua representação por um gerador ou comercializador varejista ensejará a suspensão do fornecimento de todas as suas unidades consumidoras modeladas sob o varejista;
- Fica vedada a imposição ao gerador ou comercializador varejista de quaisquer ônus ou obrigações não previstos nos contratos ou regulamento da Aneel;
- Estabelece que a suspensão do fornecimento se dará na forma e nas condições estabelecidas pela Aneel; e
- Define que o desligamento de consumidores livres e especiais da CCEE ensejará a suspensão do fornecimento de todas as unidades consumidoras modeladas na Câmara.

## **Art. 7º - “Ampliando os subsídios da CCC”**

Escalonamento dos custos de transmissão na valoração no custo médio do ACR

- A partir de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2029, o custo médio do ACR será acrescido de um décimo por ano dos custos de transmissão e dos encargos setoriais, exceto os apurados pela Aneel para composição das tarifas que são dimensionados considerando o mercado dos sistemas isolados;
- Consideração da totalidade dos custos, prática que vinha sendo adotada pela Aneel, apenas a partir de 1º de janeiro de 2030.

## **Art. 8º – “Licitando estatais”**

- Permite a licitação de concessões que não foram prorrogadas nos termos da MP 579 até jun/21 e a transferência de controle até dez/21;
- Estabelece que a Aneel autorizará em caráter emergencial e precário, preferencialmente por meio de processo competitivo simplificado, a prestação do serviço de distribuição caso haja insucesso na licitação;
- Prazo de carência de cinco anos para as concessionárias de distribuição que prestam serviço em Estados cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em 9 de dezembro de 2009; e
- Efeitos da avaliação completa da Base de Remuneração Regulatória decorrente da desestatização a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao pedido de revisão pelo interessado até o terceiro processo tarifário após a assinatura do contrato de concessão.

## **Art. 9º – “Risco hidrológico”**

- Estabelece compensação mediante extensão do prazo da outorga, referente ao conflito entre a União e geradores de energia elétrica no que tange ao risco hidrológico, para o agente de geração, ou grupo econômico que faça parte, que tenha permanecido como concessionário do empreendimento após a licitação realizada entre 2015 a 2017, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013.

## **Art. 10º a 13º – “Angra 3”**

- Compete ao CNPE autorizar a outorga de Angra 3 e a celebração do contrato de comercialização da usina na modalidade reserva de capacidade:
  - o Outorga por 50 anos, prorrogáveis por mais vinte
  - o Marcos temporais objetivos para implementação, objeto de fiscalização da Aneel
  - o Contrato deverá estabelecer, entre outros, preço da energia, cláusula de reajuste com base na inflação e no combustível nuclear e possibilidade de revisão extraordinária do preço da energia para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato
  - o Prazo de suprimento de 40 anos
- Preço da energia deverá ser aprovado pelo CPNE após estudo da Eletronuclear e BNDES, ouvida a EPE em relação ao impacto ao consumidor, considerando, cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e seu financiamento em condições de mercado;
- Estabelece que eventuais reduções de custos decorrentes da competição para contratação de fornecedores poderão ser incorporadas ao preço da energia com base em critérios a serem estabelecidos pelo MME;
- Estabelece que a celebração do contrato implicará rescisão, sem ônus a quaisquer partes, do contrato de energia de reserva vigente;
- Retira os consumidores de baixa renda do rol de pagantes do custo da energia elétrica de Angra 3;
- Rateio da garantia física e dos custos proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, a ser regulamentado pela Aneel;

- Transfere para a União a totalidade das ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep:

- o Transferência sem ônus para a União

- o Valor das ações correspondente ao saldo constante do balanço da CNEN

- o INB e Nuclep serão transformadas em empresas públicas vinculadas ao MME

- o A União será representada na qualidade de controladora

## **Art. 14º – “O consumidor que migrar carrega a conta”**

- Estabelece que consumidores cativos que migrarem para o ACL pagarão os custos remanescentes da Conta Covid;



## CURTAS

### Inscrições abertas para candidatura ao Conselho

Continua aberto o período para registro de candidaturas ao Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2021-2023. A eleição ocorrerá no dia 11.03, às 9h30, em processo totalmente online. Podem concorrer à eleição para o Conselho aqueles que sejam efetivamente representantes oficiais das empresas associadas perante a Abraceel, conforme os registros constantes na Associação. **Para se inscrever, basta manifestar-se por e-mail à Diretoria Executiva ([abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br)) até 48 horas antes do momento da abertura da assembleia de votação.** Candidaturas registradas até o fechamento desta edição do Relatório Semanal:

- Ricardo Lisboa, Delta;
- Moacyr Carmo, Argon;
- Eduardo Takamori, Engie;
- Camila Schoti, Eneva;
- Marcos Aurélio, Cemig;
- Marco Sureck, Echoenergia;
- Alessandro de Brito Cunha, BC Energia;
- Daniel Marrocos Camposilvan, Newcom;
- Ricardo Motoyama, CPFL.

### Encontro do PLD: respeito à antecedência na formação de preços

No dia 10.02, a CCEE promoveu novo Encontro do PLD, acompanhado por Yasmin Oliveira da Abraceel. A CCEE destacou: (i) a nova FCF do Newave a partir da 2ª semana ope-

rativa de fevereiro; (ii) a expectativa de entrada da carga global a partir de março; e (iii) o andamento dos GTs do Comitê Técnico PMO-PLD. Sobre a modelagem do hidrograma de Belo Monte, a indicação do agente no FSARH aponta valores do Hidrograma B desde 08.02. Em virtude da negociação entre Ibama e Norte Energia, há expectativa de manutenção desse hidrograma para todo 2021. A CCEE apresentou outros casos relacionados à antecedência na formação de preços, como o da linha de Itatiba – Campinas C2, que impacta o fluxo dos submercados Sudeste-Sul, cuja entrada em operação foi considerada no PMO de fevereiro apenas no dia 31.03, conforme indicado pelo DMSE. Por outro lado, a entrada em operação comercial da linha de transmissão foi antecipada e entrou no deck do ONS a partir do dia 06.02. Em razão disso, a CCEE manteve a configuração previamente definida no PMO de fevereiro, reforçando a antecedência de um mês prevista na Resolução CNPE 07. O próximo encontro será realizado no dia 01.03, às 15h.

### Etanol

Em 09.02, a Abraceel e a associada Delta se reuniram com o ex-deputado federal José Carlos Aleluia para discutir a comercialização de etanol, em discussão na Audiência Pública 17/2020 da ANP. Na ocasião, a Abraceel apresentou o pleito do comercializador independente e a evolução das tratativas com o órgão regulador, que pretende deliberar sobre o tema nas próximas semanas. A Abraceel já se reuniu com os diretores da Agência e tem reunião agendada com o novo Diretor-Geral, Rodolfo Saboia, em 13.04.

## Abraceel debate portabilidade na Câmara

Alexandre Lopes e Ângela Oliveira estiveram reunidos com a assessoria técnica do deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), no dia 09.02, para discutir os projetos de lei da portabilidade da conta de luz (PL 1917/2015 e PLS 232/2016). A matéria que estava sendo discutida no Senado já está tramitando na Câmara dos Deputados e a Abraceel tem feito reuniões para explicar a matérias para os deputados, a fim de que haja uma célere tramitação do projeto com medidas benéficas à modernização do setor elétrico.



## Curso Insper: Contratos de Energia Elétrica e de Gás Natural no Mercado Livre

Estão abertas as inscrições para o curso do Insper sobre contratos de energia elétrica e gás natural no mercado livre, ministrado por Livia Medeiros Amorim e Luiz Gustavo Kaercher Loureiro, ambos do escritório de advocacia Souto Correa. Matrículas antecipadas, realizadas até 25 dias antes do início das aulas, garantem 10% de desconto sobre o valor total do curso. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3aThwAr>.**

## Devolução de créditos tributários aos consumidores

A Aneel anunciou, no dia 09.02, a abertura da consulta pública 05/21, com o objetivo de discutir a forma de devolução de mais de R\$ 50 bilhões de créditos tributários para os consumidores, referentes às decisões da justiça sobre a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins nas contas de luz. A Nota Técnica 09/21 apresenta as seguintes opções para operacionalizar essa devolução: (i) redução dos créditos obtidos da receita da concessionária, realizado de forma concomitante ao processo tarifário; (ii) redução ou exclusão da alíquota efetiva de PIS/Pasep e Cofins por um período determinado; (iii) devolução individual, ou seja, a devolução ao consumidor ocorreria na mesma proporção que a constituição dos créditos; e (iv) proposta preliminar da Aneel – desconto direto na fatura, de forma aproximada à constituição dos créditos ou à medida do consumo corrente. Além disso, a Aneel sugere a devolução dos valores por meio de abatimento nos próximos reajustes tarifários, em um prazo de até cinco anos. O envio de contribuições pode ser realizado até o dia 29.03. A Abraceel está avaliando os documentos da CP e, em breve, realizará reunião com o grupo técnico da associação, já que, a depender da alternativa de devolução selecionada, os consumidores que migrarem ao ambiente livre podem ser prejudicados. **Para mais informações acesse: [bit.ly/3cVL9Uo](https://bit.ly/3cVL9Uo).**

## Chamada Pública Incremental TAG

A TAG está realizando, pela primeira vez, chamada pública incremental para ampliar seu



sistema de transporte. A etapa preliminar foi iniciada e trata do mapeamento da demanda. Dessa forma, os agentes têm até o dia 10.03 para envio de formulários de solicitação de acesso à rede da transportadora. **Para mais informações acesse: [www.ntag.com.br](http://www.ntag.com.br).**

## Workshop ANP – Modelo Conceitual do Mercado de Gás Natural

A ANP realizou, no dia 10.02, o 2º workshop sobre o modelo conceitual do mercado de gás natural, quando foram debatidos assuntos relacionados às regras de balanceamento. O evento contou com apresentações realizadas por representantes da ATGás, do IBP e do Fórum do Gás. Sobre a apresentação do Fórum do Gás, dentre outras questões, foram destacados os seguintes pontos: (i) necessidade de o regulador definir a quantidade de capacidade firme e o nível de flexibilidade a ser ofertada; (ii) receitas obtidas com a prestação do serviço de flexibilidade devem ser, pelo menos, iguais aos custos incorridos na prestação desse serviço; (iii) acesso a informações de balanceamento pelos carregadores; e (iv) definição de metodologia de encargos de balanceamento, observado o princípio da neutralidade. A discussão do balanceamento é relevante para o mercado livre, pois, em diversos países, impulsionou a criação do mercado de curto prazo e das negociações bilaterais. A apresentação realizada pelo Fórum do Gás está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”. **A íntegra do Workshop pode ser acompanhada no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLd9IHegqTw>**

## CNPE cria GT para analisar aprimoramentos sobre segurança cibernética no setor elétrico

No dia 10.02, ocorreu reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que abordou: (i) a licitação dos volumes excedentes ao contrato de cessão onerosa; (ii) diretrizes sobre segurança cibernética do setor elétrico; (iii) orientações estratégicas para pesquisas no setor de energia; e (iv) segurança dos ativos de petróleo e gás nas águas jurisdicionais brasileiras. A respeito da segurança cibernética no setor elétrico, foi criado grupo de trabalho com objetivo de estabelecer diretrizes para harmonizar as atividades de segurança cibernética do setor de energia elétrica, utilizando experiências vivenciadas pelas entidades e empresas, bem como abordando aspectos relativos à prevenção, tratamento, resposta a incidentes e resiliência sistêmica. O GT é formado por representantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ONS, ANEEL, EPE e CCEE. O grupo será coordenado pelo MME e contará com apoio de especialistas representantes de órgãos da sociedade civil. A expectativa é que seja apresentado um relatório contendo a proposta de diretrizes em até 60 dias, a contar do ato de designação dos membros do GT, que pode ser acrescido de igual período, desde que haja justificativas pertinentes. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3agjLIT>.**





## Comercialização de Etanol

No dia 05.02, a Abraceel, a associada Delta Energia e o escritório de advocacia Souto Correa se reuniram com o Diretor da ANP Dirceu Amorelli, para discutir a proposta do comercializador independente de etanol. O diretor alegou que a proposta da Abraceel é interessante, porém há necessidade de aprimoramento nos estudos, principalmente na questão tributária. Também foi sugerido maior detalhamento sobre o papel do comercializador. A Abraceel reforçou que sua proposta mitiga a sonegação fiscal e amplia a segurança do abastecimento, conforme detalhado nas contribuições enviadas à Audiência Pública 17/20. Destacou também os benefícios que os comercializadores podem trazer ao setor, com destaque para novos investimentos a serem lastreados na comercialização, vide exemplo do setor elétrico brasileiro, o que foi visto com bons olhos pelo Diretor. Para finalizar a atuação em toda diretoria da ANP, será realizada reunião com o Diretor Geral, Rodolfo Saboia, em 13.04, às 15h.

**[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)**



## PRÓXIMA SEMANA

**17.02 – Quarta-feira:** Diretoria Executiva se reúne com Roseane Santos, conselheira da CCEE, e o consultor Donato Filho, da Volt, para discussão do tema Segurança de Mercado, às 11h.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



## CALENDÁRIO ABRACEEL

### FEVEREIRO

**25.02 | 10h** - AGO para deliberação das contas da Abraceel em 2020

**25.02 | 17h** - Reunião do Conselho

### MARÇO

**10.03 | 15h** - Reunião do GT

**11.03 | 9h30** - Eleição do Conselho

**18.03 | 17h** - Reunião do Conselho

### ABRIL

**08.04** | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

**29.04 | 17h** - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)